

LINGÜÍSTICA FUNCIONAL, LINGÜÍSTICA COGNITIVA E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: MAPEANDO O CAMPO DAS ABORDAGENS COGNITIVO-FUNCIONAIS

*FUNCTIONAL LINGUISTICS, COGNITIVE LINGUISTICS AND CONSTRUCTION
GRAMMAR: MAPPING THE FIELD OF COGNITIVE-FUNCTIONAL
APPROACHES*

Diogo Pinheiro¹

Lilian Ferrari²

RESUMO

A Linguística Funcional (LF), a Linguística Cognitiva (LC) e a Gramática de Construções (GC) tendem a ser vistas como modelos teóricos mutuamente compatíveis, se não em grande medida coincidentes. Esse estado de coisas torna difícil identificar com precisão os limites e as áreas de intersecção entre as três teorias, o que pode levar, segundo argumentamos, a certas concepções equivocadas. Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte questão: quais são os limites e as intersecções entre LF, LC e GC? Em um esforço para responder a essa pergunta, e com isso mapear o território das abordagens cognitivo-funcionais, adotaremos aqui duas perspectivas. De um lado, assumimos um ponto de vista histórico, buscando reconstruir brevemente as origens de cada arcabouço. De outro, concentramo-nos no momento presente, procurando oferecer uma descrição sucinta do mercado teórico contemporâneo de cada um desses paradigmas. Resumidamente, sustentamos que (i) cada arcabouço teórico surgiu a partir de um questionamento distinto em relação à tradição da linguística gerativa e (ii) o desenvolvimento histórico de cada modelo resultou, nos dias de hoje, em uma situação de forte convergência, mas de modo algum sobreposição completa, entre os três quadros teóricos.

PALAVRAS-CHAVES: Linguística Funcional. Linguística Cognitiva. Gramática de Construções. Abordagens cognitivo-funcionais.

ABSTRACT

Functional Linguistics (FL), Cognitive Linguistics (CL) and Construction Grammar (CG) are currently conceived as mutually compatible (if not largely overlapping) frameworks. This state of affairs tends to obscure the limits and differences between them, possibly leading to important misunderstandings. Given this (potential) problem, we address the following question: what are the limits, as well as areas of intersection, between CL, FL and CG? In a effort to provide an adequate answer, we adopt two simultaneous viewpoints: a historical one, in which we seek to briefly reconstruct the origins of each framework, and a contemporary one, in which we briefly describe the current state of the art in each field. In sum, we argue that (i) each framework emerged as a response to a different feature of the generative paradigm, and (ii) their historical development has led to a situation of significant convergence, but by no means complete overlap.

KEYWORDS: Functional Linguistics. Cognitive Linguistics. Construction Grammar. Cognitive-functional approaches.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Linguística e Filologia. Contato: diogopinheiro@letras.ufrj.br.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/CNPq). Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Linguística e Filologia. Contato: lilianferrari@letras.ufrj.br.

1. Introdução

A Linguística Cognitiva (LC), a Linguística Funcional (LF) e a Gramática de Construções (GC) tendem a ser vistas hoje como modelos teóricos mutuamente compatíveis, se não em grande medida coincidentes. Algumas evidências dessa percepção são as seguintes: a presença crescente, na literatura, do adjetivo composto “cognitivo-funcional” ou “funcional-cognitivo” (McENERY; HARDIE, 2012; PU, 2011; LAFUTT, 2006; HEYVAERT, 2003); o fato de que toda obra de introdução à Linguística Cognitiva apresenta pelo menos um capítulo dedicado à Gramática de Construções (DANCYGIER, 2017; DABROWSKA; DIVJAK, 2015; FERRARI, 2011; GEERAERTS; CUYCKENS, 2006; EVANS; BERGEN; ZINKEN, 2007; EVANS; GREEN, 2006; CROFT; CRUSE, 2004); o fato de que a maioria das obras de introdução à Linguística Cognitiva – incluindo todas as mais recentes – apresenta pelo menos um capítulo dedicado à chamada Linguística Baseada no Uso³ (DANCYGIER, 2017; DABROWSKA; DIVJAK, 2015; FERRARI, 2011; EVANS; BERGEN; ZINKEN, 2007; EVANS; GREEN, 2006; CROFT; CRUSE, 2004), que tem sido tratada como a encarnação contemporânea do funcionalismo norte-americano clássico; e o fato de que a Linguística Baseada no Uso é percebida como um modelo inerentemente construcionista, a ponto de o termo “construção” ter sido elencado, em importante obra recente, como um dos “conceitos-chave” desse paradigma (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 21).

Esse estado de coisas torna difícil identificar com precisão os limites e as áreas de intersecção entre as três teorias, o que pode levar a concepções equivocadas. Por exemplo, não é incomum que a Gramática de Construções seja tratada como a “parte gramatical” da Linguística Cognitiva (GRIES, 2013), ou que a atual Linguística Baseada no Uso seja encarada como o resultado do casamento entre a Linguística Funcional norte-americana e a Linguística Cognitiva (ROSARIO; RIOS DE OLIVEIRA, 2016). Embora sejam em grande medida pertinentes, é possível que afirmações como estas esbarrem, como argumentaremos aqui, em algumas ligeiras imprecisões.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte questão: quais são os limites e as intersecções entre LC, LF e GC? Em um esforço para responder a essa pergunta, e com isso mapear o território das abordagens cognitivo-funcionais, adotaremos aqui duas perspectivas. Inicialmente (seção 2), assumimos um ponto de vista histórico, buscando reconstruir brevemente as origens de cada arcabouço. Em seguida (seção 3), concentramo-nos no momento

³ Tal como o utilizamos aqui, o termo “Linguística Baseada no Uso” (tradução direta de “Usage-Based Linguistics”) é sinônimo das seguintes expressões: Linguística Centrada no Uso, Linguística Funcional Centrada no Uso e modelos baseados no uso.

presente, procurando oferecer uma descrição sucinta do mercado teórico contemporâneo de cada um desses paradigmas. Resumidamente, sustentaremos nas próximas páginas que (i) cada arcabouço teórico emergiu a partir de um questionamento distinto em relação à tradição da linguística gerativa e (ii) o desenvolvimento histórico de cada modelo resultou, nos dias de hoje, em uma situação de forte convergência, mas de modo algum sobreposição completa, entre os três quadros teóricos.

2. Como tudo começou

Nesta seção, buscamos reconstituir brevemente as origens da LF, da LC e da GC. Neste ponto, o objetivo é demonstrar a tese de que cada um desses quadros teóricos emergiu em reação a um aspecto distinto da tradição gerativa. Em particular, argumentaremos que (i) a LF se constituiu como uma reação à separação estrita entre competência e desempenho, isto é, entre conhecimento subjacente e uso desse conhecimento em situações comunicativas particulares; (ii) a LC se apresentou como uma reação à tese de que os processos cognitivos envolvidos na linguagem são distintos daqueles relacionados à cognição não-linguística; e (iii) a GC se constituiu em reação à ideia de que as generalizações linguísticas conhecidas pelo falante devem ser capturadas em termos de regras ou derivações sintáticas.

2.1 As origens da Linguística Funcional

Tão difícil quanto definir o campo da LF é reconstituir suas origens históricas. É comum, no entanto, que o estruturalismo de inclinação funcional do Círculo Linguístico de Praga (CLP) seja tomado como o ponto de partida do pensamento funcionalista na linguística do século XX (MARTELOTTA; KENEDY, 2003; NEVES, 2018). Como diversos autores já observaram, o que torna a linguística do CLP marcadamente funcionalista é a ideia de que (i) a língua é um instrumento de comunicação e (ii) essa *função comunicativa* é imprescindível para explicar a *forma gramatical*⁴. Com efeito, essa posição sintetiza aquele que parece ser o princípio fundamental de todo o complexo e heterogêneo campo da Linguística Funcional: trata-se da ideia de que “a linguagem é, antes e acima de tudo, um instrumento de comunicação, e de que esse fato é central para explicar por que as línguas são como são” (BUTLER, 2003, p. 2).

⁴ Especificamente, o CLP preocupa-se com o nível da *sentença*.

Ao que tudo indica, o CLP influenciou, direta ou indiretamente, todas as escolas funcionalistas que se constituíram entre os anos 1960 e 1980 do século passado⁵. Nesse grupo, inclui-se a Gramática Funcional de Simon Dik (DIK, 1978); a Gramática Sistêmico-Funcional de Michael Halliday e (posteriormente) Christian Mathiessen (HALLIDAY, 1961; 1978; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004); a Gramática de Papel e Referência, associada sobretudo ao nome de Robert Van Valin Jr. (FOLEY, VAN VALIN, 1984); e a linhagem mais difusa do chamado Funcionalismo Norte-Americano, ou Funcionalismo da Costa Oeste, cujos nomes mais proeminentes são Talmy Givón, Joan Bybee, William Croft, Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson⁶. Na seção 3.1, abordamos cada uma dessas vertentes individualmente (ainda que de forma breve). Neste momento, contudo, focalizamos, de maneira mais geral, o fortalecimento do movimento funcionalista na segunda metade do século XX, em reação à tradição gerativa então (e ainda?) hegemônica.

Esse fortalecimento se torna mais visível a partir da segunda metade dos anos 70, graças a um conjunto de contribuições cujo principal mérito foi evidenciar o papel das motivações discursivas na configuração de estruturas linguísticas⁷. Esse período foi marcado pelo surgimento de estudos clássicos sobre fenômenos sintáticos, tais como orações relativas (SANKOFF; BROWN, 1976), continuidade tópica (GIVÓN, 1979) e transitividade verbal (HOPPER; THOMPSON, 1980).

Este é, precisamente, o período de consolidação do grupo da Costa Oeste, que acaba por definir a linhagem ao mesmo tempo mais difusa e mais influente do movimento funcionalista. O eixo comum aos trabalhos que se desenvolvem a partir de então não foge, claro, ao insight fundador da Linguística Funcional: trata-se da proposta de que a gramática constitui um conjunto de regularidades convencionalizadas pelo uso linguístico em situações discursivas variadas. Por exemplo, com relação à distinção sintática entre orações subordinadas e principais, Hopper (1979) observou que informações de fundo (*background*) são sempre transmitidas por subordinação. De forma ainda mais abrangente, em estudo comparativo envolvendo várias línguas, Mathiessen e Thompson (1988) observaram que as cláusulas principais são entendidas como a asserção principal ou focal, enquanto cláusulas subordinadas

⁵ Evidências dessa influência podem ser vistas em Mackenzie (2016b) e Newmeyer (2001).

⁶ Ambos os termos – “Funcionalismo Norte-Americano” e “Funcionalismo da Costa Oeste” – estão provavelmente obsoletos, dada a atual dispersão geográfica das ideias associadas a esse grupo. A lista de autores mais proeminentes do grupo da Costa Oeste é de responsabilidade de Mackenzie (2016a). Retornaremos a esse ponto na seção 3.1.

⁷ Não custa reiterar: essa afirmação não implica, de modo algum, a sugestão de que a LF tenha nascido nos anos 1970. Mesmo se ficarmos confinados ao período da linguística pós-saussuriana, manifestações anteriores do pensamento funcionalista incluem, para além do próprio CLP, pelo menos os estudos pioneiros de Dwight Bolinger, Joseph Greenberg, Susumo Kuno e Wallace Chafe, e ainda o primeiro embrião da Gramática Sistêmico-Funcional de Michael Halliday.

normalmente funcionam como o contexto no qual a asserção principal é interpretada ou avaliada, sinalizando condição, causa, propósito, etc.

Na esteira desses trabalhos iniciais, surgiram ainda vários estudos propondo uma explicação funcional para fenômenos sintáticos tradicionalmente investigados pela teoria gerativa. Dentre esses fenômenos, destacam-se as “restrições de ilha”, identificadas inicialmente como construções que funcionam como ilhas sintáticas com relação à extração de constituintes, bloqueando essa extração (ROSS, 1967). Tendo em vista que as construções elencadas incluem sintagmas nominais complexos, sujeitos complexos, complementos de verbos de comunicação verbal e cláusulas adverbiais, o que se verifica é que não é possível, por exemplo, formar interrogativas extraíndo constituintes que integram essas construções. Por exemplo, a partir da sentença “Ele leu o texto que falava sobre preservação ambiental”, a interrogativa “O que ele leu o texto que falava sobre?” não é gramatical. A explicação sintática para essa restrição, na proposta de Ross (1967), é a de que o SN complexo “o texto que falava sobre preservação ambiental” constitui uma ilha sintática.

Para propor tratamentos alternativos ao fenômeno, houve uma proliferação de estudos funcionalistas (VAN VALIN; LA POLLA, 1997; VAN VALIN, 1998; ESTERCHIK-SHIR, 2007), argumentando que ilhas sintáticas são, na verdade, construções-fundo, que envolvem aquilo que é pressuposto na sentença e não o que é afirmado. A explicação proposta, portanto, recorre à noção de estrutura informacional (LAMBRECHT, 1994), que leva em conta o estado de conhecimento do interlocutor em termos das noções de *tópico* (ponto de referência em relação ao qual uma proposição é interpretada), *foco* (domínio no qual algo é afirmado) e *fundo* (elemento pressuposto). Por exemplo, em “Ele leu o texto que falava sobre preservação ambiental”, a oração relativa transmite a informação de que “o texto era sobre preservação ambiental”. Essa informação continua sendo válida ainda que a sentença seja negada (“Ele não leu o texto que falava sobre preservação ambiental”). Portanto, a informação de que “o texto falava sobre preservação ambiental” é a pressuposição da sentença, e pragmaticamente incompatível com o domínio de foco que caracteriza a resposta a uma interrogação.

Os estudos descritos acima sustentam a premissa funcionalista de que a gramática é moldada a partir de pressões resultantes de diferentes motivações comunicativas em diferentes contextos de uso. Nessa concepção, as regularidades observadas refletem situações interacionais e condições discursivas, a partir das quais a língua se estabelece como instrumento de comunicação. Nesse sentido, a Linguística Funcional propõe um claro afastamento em relação a um dos pilares básicos da tradição gerativa, qual seja, a oposição entre competência e desempenho, em que se postula uma separação rígida entre o conhecimento da língua

armazenado na memória do falante e sua *performance* comunicativa em situações particulares. Sob uma perspectiva funcional, a separação rígida entre competência e desempenho, com a conseqüente exclusão deste último da agenda de estudos, torna-se francamente inviável, na medida em que é justamente o uso concreto, em situações interacionais específicas, que molda o conhecimento linguístico do falante.

2.2. As origens da Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva surge no cenário acadêmico como resultado de uma série de questionamentos levantados por pesquisadores atrelados à Teoria Gerativa, tais como John Ross, Paul Postal e George Lakoff. Esses estudiosos, insatisfeitos com a impossibilidade de inclusão da semântica para a explicação de fenômenos sintáticos, promoveram uma ruptura com o modelo vigente, desenvolvendo, inicialmente, o paradigma que ficou conhecido como Semântica Gerativa. Com base na semântica clássica, associada à filosofia anglo-americana e à lógica, a semântica gerativa postulava estruturas profundas mais abstratas e supostamente mais próximas das representações semânticas do que as estruturas profundas propostas no modelo chomskiano.

Com uma agenda programática extensa, que incluía a semântica formal, a pragmática e outros componentes que pudessem contribuir para a análise das estruturas investigadas, o novo paradigma visava equacionar a noção de estrutura profunda à forma lógica, especificando derivações que atuavam em várias etapas até se chegar à estrutura superficial. A proposta, entretanto, encontrou vários problemas, tendo se defrontado com sentenças que não poderiam ser adequadamente descritas com base na fórmula “estrutura profunda + derivações”. A partir das dificuldades encontradas, os estudiosos começaram a se dar conta de que um dos principais obstáculos ao manejo do significado na análise linguística era a concepção de semântica adotada. Esse modelo semântico, que pode ser caracterizado como *objetivista*, parte da premissa de que as expressões linguísticas se referem ao mundo, refletindo entidades, propriedades de entidades e relações entre entidades.

O modelo objetivista, entretanto, não dá conta de um grande número de significados que não se caracterizam como objetivamente dados. Por exemplo, palavras polissêmicas apresentam dois ou mais sentidos inter-relacionados, sem que esses sentidos se apresentem como necessariamente vinculados na realidade. Para ilustrar esse fenômeno, Sweetser (1990) retoma a palavra latina “*candidus*”, que inclui os significados de *brancura* e *pureza*. A autora argumenta que a polissemia observada resulta de uma correspondência metafórica, estabelecida

cognitivamente pelos falantes, entre cor branca e pureza, e não de uma correlação previamente existente no mundo. Exemplos de polissemia são muito mais frequentes nas línguas do que foi reconhecido pelo modelo gerativo, e constituem uma das evidências de que o significado é construído cognitivamente.

Em face dessas evidências, um dos objetivos que se impuseram aos estudiosos foi o desenvolvimento de propostas teóricas capazes de caracterizar a construção cognitiva do significado. Assim, os anos 1980 viram surgir propostas desenvolvidas principalmente por Charles J. Fillmore, George Lakoff, Ronald Langacker e Leonard Talmy, que apresentavam estreita relação entre si, apesar de adotarem mecanismos descritivos distintos. As ideias de Fillmore evoluíram em direção ao modelo que ficou conhecido como Semântica de Frames (FILLMORE, 1982; 1985a), tendo ainda lançado as bases para o paradigma denominado Gramática de Construções, em colaboração com outros pesquisadores (FILLMORE et al., 1988). No mesmo período, ganhavam força as propostas inovadoras de George Lakoff sobre metáfora, metonímia e categorização (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987), as ideias de Langacker sobre a codificação linguística do espaço (*Space Grammar*), que acabaram por configurar a sua Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987; 1988a), e as propostas de Talmy sobre sistemas imagéticos (TALMY, 1985, 1998). Por volta da mesma época, Gilles Fauconnier desenvolveu a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997), posteriormente aprofundada em colaboração com Mark Turner (FAUCONNIER; TURNER, 2002), configurando a Teoria da Mesclagem Conceptual, que apresenta pontos de contato interessantes com a Gramática Cognitiva de Langacker e a Teoria da Metáfora de Lakoff.

Os anos 1980 viram surgir, ainda, o desenvolvimento de modelos conexionistas de processamento de linguagem, tais como os desenvolvidos por Brian MacWhinney e Jeff Elman, que tinham como foco a modelagem da aprendizagem, e especificamente a aquisição de linguagem (MacWHINNEY, 1987; ELMAN et alii, 1996). Essas pesquisas foram conjugadas com o programa investigativo de Elizabeth Bates, que havia demonstrado a natureza aprendida do conhecimento linguístico, além de seu enraizamento no desenvolvimento cognitivo e social (BATES; ELMAN, 1996). Gradualmente, os pontos fracos da visão inatista – tal como entendida pela tradição chomskiana – foram sendo expostos, a partir da emergência de um tratamento coerente da aprendizagem experiencial, cujo papel central na aquisição da linguagem passa a ser destacado. Na esteira desses estudos, insere-se, ainda, o programa de pesquisas de Michael Tomasello, que a partir dos anos 1990, liderou importantes estudos sobre os contextos culturais, cognitivos e sociais na aquisição (TOMASELLO, 1999; 2003).

As pesquisas aqui destacadas colocaram em xeque um pilar básico do modelo gerativo, que é a hipótese da modularidade da mente. Ao se reunirem evidências de que a aquisição de linguagem se baseia em processos cognitivos gerais associados a contextos socioculturais, forjam-se também evidências de uma relação estreita entre sintaxe e semântica-pragmática e, portanto, de um funcionamento cognitivo não-modular. A partir dessas evidências, a Linguística Cognitiva se estrutura com base em dois compromissos fundamentais: (i) busca de generalização, em que se espera que os mesmos princípios gerais atuem em todos os níveis de análise linguística; e (ii) interdisciplinaridade, que preconiza que esses princípios gerais devem ser compatíveis com o cabedal de conhecimentos disponíveis sobre a mente e o cérebro em disciplinas afins.

O primeiro compromisso prevê que, se um determinado princípio atua no léxico, é de se esperar que também atue em outros níveis, como o morfológico e o sintático. Assim, se a polissemia é um fenômeno recorrente no léxico, como mencionado anteriormente, vários estudos atestam sua produtividade no nível dos morfemas e construções sintáticas (GONÇALVES et al., 2009; GOLDBERG, 1995). O segundo compromisso aponta para uma interlocução com áreas afins, na busca de uma melhor caracterização de processos cognitivos de domínio geral. Assim, a Linguística Cognitiva se beneficiou, desde seus movimentos iniciais, de pesquisas sobre categorização, desenvolvidas no âmbito da Antropologia (BERLIN; KAY, 1969) e da Psicologia Experimental (ROSCH, 1973; 1978), bem como de discussões sobre a corporificação da mente, desenvolvidas no âmbito da corrente filosófica denominada Realismo Experiencialista (PUTNAM, 1981).

2.3 As origens da Gramática de Construções

O modelo conhecido hoje como Gramática de Construções (GC) emerge a partir do trabalho desenvolvido, na década de 1980, por quatro linguistas da Universidade da Califórnia: Charles J. Fillmore, Paul Kay e George Lakoff, do *campus* de Berkeley, e Ronald W. Langacker, do *campus* de San Diego. De um lado, é evidente que as propostas originais de todos esses linguistas têm algo em comum – caso contrário, elas não teriam sido reconhecidas como variantes de uma mesma abordagem teórica. De outro, é interessante observar que essas propostas apresentam, desde os seus primeiros anos, algumas diferenças notáveis. Nesta seção, mergulhamos nos primeiros trabalhos construcionistas de Fillmore, Kay, Lakoff e Langacker a fim de identificar tanto as afinidades entre eles quanto as diferenças já então evidentes entre os primeiros teóricos da GC.

Antes, no entanto, precisamos definir de quais “trabalhos construcionistas” estamos falando. Especificamente, todas as afirmações sobre as origens da GC que serão feitas nesta seção estão baseadas no seguinte conjunto de textos: Lakoff (1974), Langacker (1976), Lakoff (1977), Kay (1984), Fillmore (1985b), Lakoff (1987), Fillmore (1988b), Fillmore, Kay e O’Connor (1988), Langacker (1982) e Langacker (1988). Destes, Lakoff (1974) e Langacker (1976) pertencem, por assim dizer, à pré-história da Gramática de Construções – ambos são análises fundamentadas no quadro da semântica gerativa que antecipam, em alguma medida, aspectos posteriormente desenvolvidos por pelo menos um modelo construcionista. Os demais, por seu turno, compõem uma amostragem bastante representativa da primeira fase de desenvolvimento da GC, compreendida entre fins da década de 1970 e o final da década de 1980⁸.

Fundamentalmente, o que todos esses oito trabalhos têm em comum é uma posição específica acerca da *arquitetura do conhecimento linguístico*. Langacker (2008, p. 219-220) observa que existem três maneiras de formalizar as generalizações gramaticais que constituem o conhecimento linguístico do falante: por meio de *regras construtivas* (instruções que produzem *outputs* bem-formados), por meio de *filtros* (instruções negativas – isto é, proibições – que, inversamente, servem para descartar as formações capazes de violá-las) e por meio de *esquemas* (padrões abstratos em que as generalizações gramaticais são especificadas diretamente, de forma declarativa). Sobre esse pano de fundo, fica fácil compreender qual é a posição teórica comum aos primeiros construcionistas (e, diga-se, também a todos os construcionistas contemporâneos): trata-se de defender que *o conhecimento linguístico deve ser representado como um inventário de esquemas declarativos*.

No contexto do surgimento da GC, em fins dos anos 1970, essa posição deve ser entendida como uma reação à aposta gerativista de que as generalizações linguísticas devem ser capturadas sob a forma de regras construtivas – isto é, instruções que guiam a combinação de palavras e a interpretação semântica da sentença resultante. Evidentemente, esse conjunto de instruções – a gramática – precisa ser complementada por um inventário de itens – o léxico – sobre os quais as regras se aplicam. Por esse motivo, o arquétipo gerativista de representação do conhecimento linguístico é às vezes referido como o *modelo dicionário e gramática* (“dictionary and grammar model”, cf. HILPERT, 2014).

⁸ A cronologia de desenvolvimento da GC não está, até onde sabemos, estabelecida em lugar nenhum (ao menos de forma sistemática). É de nossa responsabilidade, portanto, a sugestão de que o desenvolvimento do modelo compreende uma “primeira fase” que se estende de fins dos anos 1970 até o final da década de 1980.

Na contramão dessa ideia, os primeiros construcionistas sugeriram, em seus textos seminiais, que o conhecimento linguístico deve ser capturado sob a forma de um *inventário de padrões*, que vieram a ser conhecidos como *construções gramaticais*. Trata-se, portanto, de abandonar a ideia de regras construtivas (a primeira possibilidade elencada por Langacker) em favor da ideia de esquemas (a terceira possibilidade elencada por Langacker). Como consequência inevitável dessa opção, emerge um modelo que guarda três diferenças fundamentais em relação à tradição gerativa, conforme sintetizado no quadro a seguir:

Quadro 1: comparação entre a tradição gerativa e a perspectiva construcionista

TRADIÇÃO GERATIVA	PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA
O conhecimento linguístico é bipartido, isto é, formado por dois grandes componentes (léxico e gramática).	O conhecimento linguístico é uniforme, isto é, formado por apenas um tipo de entidade (construções gramaticais).
No que diz respeito à gramática, a relação entre forma e significado é indireta: o significado é <i>derivado</i> da estrutura formal.	Tanto no que diz respeito ao “léxico” quanto no que diz respeito à “gramática”, a relação entre forma e significado é direta: trata-se de memorizar um pareamento convencional entre informações formais e informações semânticas / pragmáticas discursivas / funcionais.
No que diz respeito à gramática, o conhecimento subjacente não se parece em nada com o uso real: ele é formado por instruções / regras / derivações sintáticas, e não por unidades que guardem qualquer semelhança com palavras, sentenças, etc.	Tanto no que diz respeito ao léxico quanto no que diz respeito à gramática, o conhecimento subjacente se parece com o uso real: ele é formado por esquemas que são abstraídos do uso concreto – e, por essa razão, preservam a sua topologia.

Mas como e por que, exatamente, os primeiros teóricos da GC vieram a recusar o modelo *dicionário e gramática* que sempre caracterizou a tradição gerativa? No que concerne a Charles Fillmore, Paul Kay e George Lakoff, como fica claro nos trabalhos produzidos durante a primeira fase da GC, a resposta envolve, crucialmente, os chamados “idiomas formais” (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988) – isto é, expressões idiomáticas total ou parcialmente abertas, do tipo QUE MANÉ X (“Que mané estudar Gramática de Construções!”) e X LET ALONE Y (ex: “He won’t eat shrimp, let alone squid”).

Mas por que, afinal, “idiomas formais” representavam um problema para a tradição gerativa? A resposta passa pelo potencial desse tipo de construção para desestabilizar a divisão estrita entre léxico e gramática. O raciocínio é o seguinte: enquanto o modelo *dicionário e gramática* pressupõe uma separação clara entre o que é idiossincrático e improdutivo (os itens lexicais) e o que é regular e produtivo (as regras gramaticais), os idiomatismos formais se apresentam como entidade híbridas, simultaneamente irregulares e produtivas. Por isso, ao mesmo tempo em que não podem ser simplesmente listados no léxico (afinal, são produtivos),

eles também não se prestam a uma explicação baseada nas regras gerais da gramática da língua (afinal, são irregulares)⁹.

Em outro lugar (Autor), argumentamos que essas propriedades qualificavam os idiomatismos formais como anomalias, no sentido khuniano (KHUN, 1962). Para Khun, anomalias são fenômenos que, por se mostrarem resistentes a explicações no interior de um dado paradigma, podem conduzir a revoluções paradigmáticas. Nossa interpretação é a de que, ao menos nas trajetórias de Charles Fillmore, Paul Kay e George Lakoff (isto é, três dos quatro pioneiros da GC), foram precisamente os idiomatismos formais que se constituíram como a anomalia que motivou a busca por um paradigma alternativo.

Essa trajetória está bem documentada em quatro textos seminais da história da GC: Lakoff (1977), que discute (entre outras) a construção idiomática de sujeito paciente (“This car drives easily”); Kay (1984), que analisa os *hedges* “sort of” e “kind of” (“A masthodon is kind of an elephant”); Fillmore (1985b), que investiga o “have redundante” (“If had’ve eaten it, you’d have died”) e as “interjeições invasoras” (“What the hell / the heck / in God’s name did you see?”); e Fillmore, Kay e O’Connor (1988), artigo clássico que esmiuça a construção com “let alone” (“He didn’t even make colonel, let alone general”). Em todos eles, os autores recorrem a uma mesma estratégia retórica: (i) tomam um ou mais idiomatismos formais como objeto de análise; (ii) mostram que o tratamento desses idiomatismos esbarra em dificuldades significativas no interior de um paradigma baseado em derivações; e (iii) recorrem a essa análise para argumentar em favor de uma abordagem não-derivacional – e, especificamente, construcionista – da gramática. Tomada em conjunto, essa produção parece representar, ainda em termos khunianos, um período de crise paradigmática: nesse momento, mais do que construir as bases de um modelo alternativo, os cientistas investem seu tempo em evidenciar a insuficiência do modelo vigente – a “ciência normal” da época – a partir de uma análise insistente das anomalias¹⁰.

Interessantemente, a trajetória percorrida pelo quarto pioneiro da GC – Ronald W. Langacker, o único do grupo a não atuar no *campus* de Berkeley da Universidade da Califórnia

⁹ Note-se que expressões idiomáticas substantivas (que diferem das formais por não terem *slots* abertos), como “O jogo só acaba quando termina” e “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, não representam um desafio para o modelo *dicionário e gramática*, já que, sendo improdutivas, podem ser listadas no léxico na condição de unidades complexas (“phrasal lexical items”, nos termos de Croft e Cruse (2004, p. 237)).

¹⁰ Conforme antecipamos mais acima, Lakoff (1974) é uma espécie de precursor desse movimento. Nesse texto, o autor tenta contornar a dificuldade da semântica gerativa diante de uma anomalia – os amálgamas sintáticos, do tipo “Get out, or do I have to call the cops?” – por meio da postulação de “regras transderivacionais”. Ao final do artigo, porém, ele considera muito sumariamente a possibilidade de dar uma solução mais radical para os problemas colocados pelos amálgamas sintáticos: o abandono definitivo das derivações sintáticas. Historicamente, essa parece ter sido a primeira menção, na literatura especializada, à possibilidade de resolver o problema dos idiomatismos formais por meio de uma arquitetura não-derivacional.

– é um pouco diferente. A julgar por Langacker (1976), o obstáculo teórico com que o linguista se deparou inicialmente foi a diferenciação semântica entre sentenças muito próximas do ponto de vista do significado – por exemplo, *The clock is on the table*, *The clock is standing on the table* e *The clock is sitting on the table*. Em visada retrospectiva, esse artigo lança as bases do que mais tarde viria a ser conhecido como Space Grammar – e, ainda um pouco depois, como Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2008; 1991; 1987). Embora esse modelo tenha se consolidado hoje como a versão langackeriana da GC, é interessante notar que Langacker (1976) não oferece ainda qualquer vislumbre de uma arquitetura construcionista do conhecimento gramatical. Em vez disso, o aspecto da Gramática Cognitiva que o artigo antecipa é a ideia de que *a estrutura semântica é estrutura conceptual convencionalizada*.

Essa situação muda de figura, contudo, em Langacker (1982), o primeiro texto programático da hoje bem-sucedida Gramática Cognitiva (na época, ainda sob o nome de Space Grammar). Nesse artigo, dois pontos chamam a atenção. Em primeiro lugar, trata-se do primeiro trabalho em que Langacker adota a concepção de língua como inventário estruturado de construções gramaticais (embora não use esse termo). Em segundo lugar, o texto tem o mérito de retomar e aprofundar a discussão sobre a relação entre estrutura conceptual e estrutura semântica, articulando-a de maneira explícita e comprometendo-se com a sua inevitável implicação teórica, qual seja, a de que *a análise semântica pressupõe uma análise conceptual*.

Essa sugestão é importante porque aproxima a abordagem construcionista desenvolvida por Langacker (isto é, a Gramática Cognitiva) daquela desenvolvida pioneiramente por Lakoff (1977) (e, em última instância, da empreitada da Linguística Cognitiva de maneira geral). Com efeito, ambas as abordagens demonstram uma preocupação com a cognição geral – isto é, com o conhecimento enciclopédico e processos cognitivos não-especificamente linguísticos. Por um lado, é verdade que existem diferenças em relação ao tipo de processo enfatizado por cada autor: no caso de Langacker, habilidades cognitivas que facultam ao sujeito conceptualizador diferentes “construções mentais” de um mesmo cenário ou entidade; no caso de Lakoff, processos ligados à experiência corpórea e sensorio-motora. Por outro lado, em uma apreensão panorâmica da história da GC, diferenças dessa natureza se tornam irrelevantes diante da constatação de que ambos os pesquisadores buscam sustentar a análise gramatical sobre processos cognitivos não-primariamente linguísticos.

No fim das contas, se considerarmos os trabalhos construcionistas seminais produzidos por Charles J. Fillmore, Paul Kay, George Lakoff e Ronald W. Langacker entre fins da década de 1970 e fins da década de 1980, é possível reconhecer dois grupos relativamente bem delimitados: enquanto os dois primeiros desenvolvem um modelo formal abstrato de

representação do conhecimento linguístico, os dois últimos demonstram uma preocupação em erigir uma teoria em que o conhecimento linguístico seja descrito e explicado com base no que sabe acerca da cognição não-linguística. Essa interpretação sugere que, a despeito da convergência fundamental em relação à arquitetura do conhecimento linguístico (um inventário estruturado de unidades declarativas, e não um sistema computacional que opera sobre itens individuais), os estudos construcionistas seminais já revelam, desde o princípio, uma cisão teórica importante. Como veremos na seção 3.3, essa cisão segue ecoando na produção construcionista contemporânea.

3. O cenário atual

Nesta seção, buscamos descrever brevemente o cenário atual das pesquisas em LF, LC e GC. Neste ponto, o objetivo é demonstrar a tese de que, a despeito da forte convergência entre os três quadros teóricos, não existe sobreposição total em nenhum dos casos, de modo que as três teorias seguem se desenvolvendo como paradigmas distintos. Em particular, argumentaremos que (i) apenas uma parte dos modelos funcionalistas adotou a perspectiva da GC (ii) a LC é uma empreitada mais ampla que a LF e a GC; e (iii) a GC não exhibe necessariamente uma inclinação funcional-cognitiva.

3.1 A Linguística Funcional hoje

Como observa Van Valin (2001), embora a perspectiva funcionalista seja amplamente difundida e conte com grande número de adeptos, existem poucos modelos gramaticais de base funcional explicitamente articulados como tais e dotados de um nome que os identifique. Com efeito, o mercado teórico contemporâneo da LF contabiliza apenas três modelos desse tipo: a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e a Gramática de Papel e Referência (VAN VALIN; LA POLLA, 1997)¹¹.

As duas últimas têm muito em comum: ambas se abrigam, nos termos da famosa classificação de Nichols (1984)¹², no campo do “funcionalismo moderado”; ambos exibem um

¹¹ Assumimos, com Mackenzie (2016b), que a Gramática Discursivo-Funcional – capitaneada por Kees Hengeveld e J. Lachlan Mackenzie – é a encarnação atual da Gramática Funcional de Simon Dik. Vale notar ainda que a lista acima exclui os modelos simultaneamente funcionalistas (em sentido amplo) e construcionistas, sobre os quais falaremos na seção 3.3.

¹² Nichols (1984) procura organizar o campo fortemente heterogêneo da linguística funcional a partir do critério do grau de rejeição de cada abordagem à perspectiva formalista. Segundo essa proposta, o funcionalismo conservador apenas acrescenta uma camada semântico-pragmática à análise estrutural das abordagens formalistas; o funcionalismo moderado reconhece a existência de uma estrutura formal mas propõe substituir do tipo de análise estrutural praticado pela tradição formalista por algum modelo alternativo; e o funcionalismo radical (“extreme functionalism”) nega a própria existência de uma estrutura gramatical independente.

forte compromisso com os estudos tipológicos, a ponto de rejeitar rótulos gramaticais que não sejam universalmente válidos (com o objetivo de evitar o risco de um certo tipo de etnocentrismo linguístico, em que as análises tomam como ponto de partida categorias propostas com base no inglês); ambos enxergam a língua fundamentalmente como um instrumento de comunicação verbal e ação social; e ambos propõem um modelo de estrutura formal em que esta é motivada, em maior ou menor grau, pela estrutura semântica e pelas funções comunicativas desempenhadas pela língua.

Já a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), segundo a interpretação de Van Valin (2001, p. 259), recai “em algum lugar entre o funcionalismo moderado e o funcionalismo radical”. Para ele, essa classificação se justifica porque a GSF se mostra “menos preocupada com questões de gramática sentencial que a Gramática Funcional [GF] e a Gramática de Papel e Referência [GPR]” e é “fortemente orientada para o discurso” (VAN VALIN, 2001, p. 259). Seja como for, o fato é que ela exhibe claramente o traço definidor de qualquer modelo que se pretenda funcionalista: a crença de que a estrutura gramatical é motivada pelas funções comunicativas a que a língua serve. No caso da GSF, em particular, essa ideia é implementada por meio da sugestão de que três “macrofunções” (a Ideacional, a Interpessoal e a Textual) estão associados a três sistemas gramaticais específicos (respectivamente, o de Transitividade, o de Modo e o de Tema).

Para os nossos propósitos, no entanto, o mais importante é observar que nenhum desses três modelos gramaticais “explicitamente articulados” – a GDF, a GPR e a GSF – contempla aquela que é talvez a vertente mais difundida e produtiva do campo das abordagens funcionais: o chamado Funcionalismo da Costa Oeste, ao qual já fizemos referência na seção 2.1. Conforme observamos naquele momento, o termo “Funcionalismo da Costa Oeste” tem sido usado para rotular um grupo relativamente difuso de pesquisadores, cujos nomes mais proeminentes são, para Mackenzie (2016a), Joan Bybee, William Croft, Paul J. Hopper, Sandra A. Thompson e Talmy Givón.

A explicação para que essa linhagem não tenha se articulado sob a forma de um modelo gramatical explícito passa, segundo a nossa interpretação, pelo fato de que a teorização desse grupo foi marcada por uma preocupação com o problema da *motivação* (isto é, a identificação dos fatores extra-linguísticos capazes de explicar por que a língua tem a forma que tem), e não com o problema da *arquitetura do conhecimento gramatical*. Em outras palavras, embora o grupo do Costa Oeste tenha historicamente desenvolvido uma teorização sólida acerca da motivação funcional da forma linguística – cuja ênfase recai sobre a relação entre “discurso”

(isto é, uso) e estrutura gramatical –, ele nunca chegou a desenvolver *um modelo explícito e sistemático de representação do conhecimento linguístico subjacente*¹³.

Nos últimos anos, a mudança mais significativa na tradição de pesquisas do grupo do Costa Oeste foi o desenvolvimento – ou, talvez mais precisamente, a incorporação – gradual de um modelo sistemático de representação do conhecimento linguístico. Para isso, em particular, alguns dos integrantes do grupo original – da lista acima, especificamente Joan Bybee e William Croft – parecem ter bebido de duas fontes: de um lado, a Gramática de Construções, sobre cujas origens já falamos na seção 2.3; de outro, a Teoria dos Exemplos (TE), modelo de representação do conhecimento que floresceu originalmente no campo da psicologia cognitiva e ingressou na linguística pela via dos estudos em fonética e fonologia (PIERREHUMBERT, 2001), tendo posteriormente se expandido para o domínio da morfossintaxe (BYBEE, 2013; BYBEE; EDDINGTON, 2006).

A GC e a Teoria dos Exemplos (tal como desenvolvida no âmbito da ciência linguística) têm muito em comum: ambas propõem uma representação declarativa do conhecimento linguístico. Não à toa, Bybee (2013, p. 49) argumenta em favor da “representação das construções em termos de exemplos”. Na prática, portanto, GC e TE oferecem ao funcionalismo da Costa Oeste aquilo que lhe faltava: uma unidade de análise (a construção gramatical, isto é, o pareamento simbólico entre forma e significado) e uma arquitetura para a representação sistemática do conhecimento linguístico (a rede hierárquica de construções e a nuvem de exemplos, duas metáforas que não são de modo algum incompatíveis).

Com isso, o cenário teórico do empreendimento funcionalista hoje parece ser o seguinte: (i) os três “modelos explicitamente articulados” elencados acima – a saber, GDF, GSF e GPR – seguem vivos e produtivos; (ii) boa parte do grupo difuso da Costa Oeste dá continuidade à agenda iniciada nos anos 1970 (em particular, nomes como Paul Hopper, Sandra A. Thompson e Talmy Givón); e (iii) outra parte desse grupo, dentre os quais se destacam Joan Bybee e William Croft, busca associar o insight fundamental do funcionalismo norte-americano clássico – a saber, a ideia de que a experiência linguística molda e afeta continuamente a gramática internalizada – a um modelo explícito de representação do conhecimento gramatical, incorporando-se assim ao que veio a ser chamado, muito recentemente, de Gramática de Construções Baseada no Uso (DIESSEL, 2015; PEREK, 2015).

¹³ A rigor, se algum modelo explicitamente articulado emergiu dessa tradição de pesquisas foi a chamada Teoria da Gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), uma proposta sistemática de tratamento do fenômeno da mudança linguística.

A conclusão inevitável desse raciocínio é a de que, no cenário atual, existe sobreposição parcial – mas de modo algum coincidência total – entre Linguística Funcional e Gramática de Construções. Para quem olha a partir de um posto de observação situado no campo da LF, existe coincidência parcial porque algumas pesquisas oriundas da tradição da Costa Oeste assumiram uma perspectiva construcionista de organização / representação do conhecimento linguístico. E, ao mesmo tempo, não há coincidência total por duas razões: em primeiro lugar, porque alguns modelos gramaticais funcionalistas ainda produtivos não são construcionistas (a GDF, a GSF e a GPR); em segundo lugar, porque parte do grupo da Costa Oeste (e, claro, seus seguidores) tem dado continuidade à agenda original, focalizando o problema da relação forma-função sem, com isso, preocupar-se centralmente com a formalização desses achados nos moldes de uma arquitetura gramatical específica (seja ela ou não de base construcionista).

3.2 A Linguística Cognitiva hoje

Em claro movimento de expansão, a LC hoje mantém pesquisas voltadas para a confirmação e aprofundamento de suas principais hipóteses, ao mesmo tempo em que desenvolve estudos que visam a mitigar as principais críticas que recebeu ao longo dos anos. Dentre elas, destaca-se o questionamento sobre o desenvolvimento de análises a partir de exemplos inventados (a despeito de ter sido Langacker (1987), um de seus fundadores, o primeiro a cunhar o termo “modelo baseado no uso”). Outra crítica frequente é a que aponta a circularidade das propostas referentes à conceptualização, em que uma determinada estrutura conceptual é associada a uma construção linguística, sendo essa construção a única evidência para a estrutura conceptual em questão.

A primeira crítica tem sido enfrentada a partir da realização de estudos de *corpora* e, mais recentemente, a partir da implementação de estudos experimentais (FEIST; BREAUX, 2013; Autor., 2017). Além disso, os experimentos também fornecem evidências que permitem mitigar a segunda crítica, referente à circularidade das propostas, trazendo evidências independentes para as estruturas conceptuais identificadas.

Ainda em relação à segunda crítica, e em consonância com sua vocação interdisciplinar, a Linguística Cognitiva tem buscado estabelecer interação com áreas de conhecimento que possam fornecer evidências adicionais para as estruturas conceptuais propostas.

O campo dedicado ao estudo dos gestos exemplifica bem essa interação. As pesquisas sobre gestos, ainda nascentes, requerem um instrumental teórico detalhado para esboçarem um panorama mais completo do fenômeno investigado. Ao mesmo tempo em que a LC pode

fornecer uma base teórica consistente para essas pesquisas, suas investigações também podem se beneficiar da ampla gama de dados videogravados, disponibilizados pelos estudos de gestos. Os *corpora* assim constituídos representam, na verdade, um conjunto de dados multimodais (fala, gestos de mãos, gestos corporais, etc.), levantando a questão da própria abrangência e natureza do objeto da Linguística Cognitiva. Como apontado por Cienki (2013a, 2016) e observado na programação recente dos principais eventos da área, o estudo dos gestos tem sido amplamente abraçado pela LC, que passa a incluir a comunicação multimodal em sua agenda de pesquisas.

O livro *Hand and Mind* (MCNEILL, 1992), que divulgou de forma pioneira a pesquisa sobre gestos, abriu caminho para o estabelecimento de conexões importantes. Em particular, a relação entre semântica e conceptualização, preconizada pela LC, encontra eco no argumento de que os gestos que acompanham a fala representam descompressões de ‘unidades de ideia’ (MCNEILL, 1992; MCNEILL; DUNCAN, 2000). Outra conexão que merece destaque é a estabelecida com a Teoria da Metáfora Conceptual que, ao propor que a metáfora representa a conceptualização de um domínio cognitivo em termos de outro, abre a possibilidade de que se encontrem evidências dessa operação cognitiva não apenas na linguagem verbal, mas também nos gestos que a acompanham (MCNEILL, 1985).

Dentro dessa perspectiva, várias pesquisas têm buscado identificar representações da imagística associada ao domínio-fonte em gestos metafóricos, fornecendo evidência independente de que a metáfora é um fenômeno cognitivo. Além disso, essas pesquisas têm levantando várias questões sobre a natureza da metáfora e sobre o grau em que (e o modo pelo qual) a ativação cognitiva é parte inerente ao uso metafórico (CASASANTO; BOTTINI, 2014; CIENKI, 1998, 2013b; CIENKI; MÜLLER, 2008).

Como esse breve panorama permite entrever, a LC não se constitui propriamente como uma teoria gramatical. Nesse sentido, não se trata de um movimento paralelo à Gramática de Construções (à qual muitos funcionalistas da Costa Oeste irão aderir, como vimos em 3.1) ou aos modelos funcionalistas originais, como a GSF, a GF/GDF e a GPR. Na verdade, segue válida ainda hoje a famosa caracterização da LC como um “arquipélago” (GEERAERTS, 2006, p. 2), isto é, uma empreitada intelectual tão ampla quanto difusa, formada por um grande conjunto de teorias mais ou menos independentes. Entre elas, há, evidentemente, modelos de representação do conhecimento gramatical – especificamente, aquelas vertentes da Gramática de Construções que se alinham às premissas básicas da LC¹⁴. Mas há também diversas teorias

¹⁴ Mas nem todos os modelos construcionistas estão alinhados à LC, como veremos com clareza na próxima seção.

e frentes de estudo – como a Teoria da Metáfora Conceptual, a Teoria da Mesclagem Conceptual e o campo da comunicação multimodal, para citar apenas alguns exemplos – que definitivamente não se qualificam como modelos de gramática.

Por esse motivo, quando se consideram em conjunto todas as ilhas do arquipélago cognitivista, fica claro que a melhor maneira de caracterizar a LC é tratá-la como um grande empreendimento intelectual voltado para a compreensão do processo de *construção do significado*. Evidentemente, é salutar que *insights* produzidos por esse empreendimento sejam incorporados à análise semântica de unidades gramaticais. Isso não deve, contudo, obscurecer o fato de que a descrição do conhecimento gramatical do falante não é nem condição necessária nem condição suficiente para caracterizar a empreitada da Linguística Cognitiva.

3.3 A Gramática de Construções hoje

Da década de 1980 para cá, a Gramática de Construções passou por um processo de forte popularização. Uma das consequências desse processo foi a fragmentação do paradigma em diversos modelos (em alguma medida) concorrentes. Com efeito, o *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (HOFFMANN; TROUSDALE, 2013) contabiliza sete variantes da GC: a Berkeley Construction Grammar (BCG), a Sign-Based Construction Grammar (SBCG), a Fluid Construction Grammar (FCG), a Embodied Construction Grammar (ECG), a Cognitive Grammar (CG), a Radical Construction Grammar (RCG) e a Cognitive Construction Grammar (CCG)¹⁵. Além destas, outras tentativas – como, por exemplo, a proposta de Mandelbit (1997) de associar a GC à Teoria da Mesclagem Conceptual – não chegaram a ser abraçadas com entusiasmo pela comunidade científica.

Interessantemente, apesar da diversidade de modelos, o mercado teórico da GC contemporânea ainda ecoa a cisão teórica que, conforme observamos na seção 2.3, pode ser vislumbrada desde as origens do movimento, na década de 1980. Especificamente, os dois primeiros modelos são tributários do tipo de trabalho construcionista desenvolvido pioneiramente por Fillmore e Kay. Com isso, queremos dizer que se trata de modelos de inclinação formalista¹⁶, uma qualificação que parece apropriada por pelo menos três razões: (i) a forte ênfase sobre a formalização, isto é, sobre o desenvolvimento de um sistema notacional pretensamente exaustivo; (ii) a desconsideração de princípios psicológicos, isto é, dos

¹⁵ Como alguns destes nomes não têm tradução convencional para o português, optamos, em nome da padronização, por mantê-los todos na forma original em inglês.

¹⁶ É por isso que a caracterização da GC como a “parte gramatical” da LC (GRIES, 2013) nos parece imprecisa, ou excessivamente parcial.

mecanismos de funcionamento de cognição geral que em tese impactariam a estrutura da gramática do falante¹⁷; e (iii) a preocupação com a economia descritiva, isto é, a rejeição às representações redundantes.

Todos os demais modelos, por outro lado, parecem ser compreendidos mais apropriadamente como integrantes da tradição funcional-cognitiva em linguística. Com isso, queremos dizer, fundamentalmente, que nenhum desses modelos se preocupa com a economia descritiva. Nos termos de Hoffmann (2017), enquanto a BCG e a SBCG são modelos baseados em herança completa (“complete inheritance models”), todos os demais admitem que o armazenamento construcional é influenciado pelo uso, de maneira tal que a frequência de exposição pode produzir armazenamento redundante. É precisamente essa ênfase sobre os efeitos de uso, e em particular os *efeitos de frequência*, que permite associar esses modelos à tradição funcional-cognitiva¹⁸.

Isso não significa, naturalmente, que todos os modelos construcionistas de inclinação funcional-cognitiva sejam idênticos. Em particular, dois deles – a FCG e a ECG – são implementações computacionais explicitamente desenhadas com o objetivo de modelar o *processamento* linguístico (e não apenas a representação do conhecimento gramatical). Eles se distinguem em especial quanto à teoria semântica utilizada para a descrição do polo do significado das construções: enquanto a FCG se baseia em uma semântica de modelos teóricos (“model-theoretic semantics”), baseada em condições de verdade, a ECG – como o sugere o “E”, de Embodied, na sua sigla – se mostra mais alinhada ao espírito geral da Linguística Cognitiva, baseando-se em uma semântica corporificada cujo cerne é a ideia de *simulações mentais* (BERGEN, 2012)¹⁹.

Quanto às versões restantes – a CG, a CCG e a RCG –, não se trata de implementações computacionais nem de modelos de processamento. Em vez disso, trata-se de modelos

¹⁷ Ao sugerir que a desconsideração pelos princípios psicológicos gerais é uma propriedade associada a uma orientação formalista, o que temos em mente é que abordagens formalistas, em sentido amplo, tendem a tratar a língua / conhecimento linguístico como sistemas formais abstratos. Essa tendência foi mencionada, na seção 2.3, em relação ao trabalho seminal de Charles J. Fillmore e Paul Kay.

¹⁸ Embora a lista de modelos contemplados por Hoffmann (2017) não seja idêntica à que estamos levando em consideração aqui, ela é bastante semelhante. As únicas diferenças são a inclusão do modelo de Arquitetura Paralela de Ray Jackendoff no elenco de Hoffmann (2017) e não neste artigo, e a inclusão da Cognitive Grammar neste trabalho em contraste com sua ausência no capítulo de Hoffmann. Seja como for, a CG langackeriana também se caracteriza como modelo baseado no uso, de maneira que essa alteração não afeta a tipologia proposta por Hoffmann (2017). Lembramos que a relação de modelos construcionistas assumida aqui se baseia na Parte II – intitulada *Constructionist approaches* – do *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (HOFFMANN; TROUSDALE, 2013).

¹⁹ Por serem implementações computacionais, tanto a ECG quanto a FCG se ocupam do desenvolvimento de uma notação formal exaustiva, propriedade que as aproxima da BCG e a SBCG. No entanto, por levarem em conta os efeitos de uso – e a partir deles a possibilidade de representações redundantes –, elas são tipicamente abrigadas sob o guarda-chuva da GC funcional-cognitiva. A ECG, além disso, está umbilicalmente ligada ao movimento cognitivista, dada a sua ênfase sobre a semântica corporificada. Para uma comparação entre os dois modelos, ver Chang, De Beule e Miceli (2012).

gramaticais clássicos, que buscam capturar a representação do conhecimento linguístico inconsciente do falante. Destes, a CG é sem dúvida o modelo que mais investiu no desenvolvimento de um arsenal descritivo para o polo do significado, cujo princípio básico é a ideia de que a estrutura semântica reflete, em alguma medida, a estrutura conceptual. Ligado a isso, uma reivindicação central à CG é a de que *a gramática é simbólica*, o que implica que partes do discurso (nomes, verbos, etc.) e relações gramaticais (sujeito, objeto, etc.) podem ser definidas a partir de um significado ao qual elas estariam inerentemente associadas (ainda que, em muitos casos, esse significado seja altamente genérico e abstrato, como, por exemplo, a noção de COISA, tal como definida tecnicamente por Langacker (1991; 1987) para caracterizar a categoria NOME).

Esse ponto que marca uma divergência importante entre, de um lado, a CG langackeriana e, de outro, a CCG e a RCG: as duas últimas tendem a enfatizar a ideia de que categorias gramaticais (como as partes do discurso e as relações sintáticas) não devem ser tomadas como primitivos passíveis de qualquer caracterização inerente ou essencializante, e sim como generalizações indutivas intra-construcionais. Em outras palavras, o ponto de vista da CCG e da RCG é o de que os primitivos teóricos relevantes são as próprias construções, de maneira que as categorias só podem ser definidas *a partir dos padrões construcionais* das quais elas emergem, e não existem independentemente destes²⁰. Como consequência, a CCG e a RCG assumem, contrariamente à CG, que as categorias gramaticais não são passíveis de definições essencializantes.

Quanto à RCG e CCG, é provavelmente razoável afirmar que não existe, entre esses modelos, nenhuma divergência teórica substantiva, mas apenas diferenças de ênfase e percursos históricos. Em particular, a CCG se popularizou, sobretudo, pelo seu tratamento das Construções de Estrutura Argumental, graças fundamentalmente ao trabalho de Goldberg (1995) sobre os padrões argumentais básicos do inglês. A RCG, por outro lado, resulta de um casamento entre a GC e os estudos tipológicos, de maneira que se verifica, desde o princípio (CROFT, 2001), a preocupação sistemática com o estabelecimento de comparações inter-linguísticas e o recurso a ferramentas usuais em Tipologia Linguística (como, por exemplo, mapas semânticos).

No fim das contas, porém, mais importante do que reconhecer as particularidades de cada modelo construcionista é reconhecer a existência de duas grandes linhagens no cenário

²⁰ Ronald W. Langacker discute essa diferença teórica em entrevista publicada neste mesmo periódico (PINHEIRO, 2018).

construcionista contemporâneo: uma vertente de inclinação formalista, que abriga a BCG e a SBCG, e uma vertente de inclinação cognitivo-funcional, que abriga a CG, a CCG, a RCG, a ECG e a FCG²¹. E, talvez, mais importante ainda que reconhecer essas duas vertentes, é identificar aquilo que todas elas, desde as suas origens até hoje, têm em comum: a crença em uma arquitetura uniforme e declarativa do conhecimento linguístico, segundo o qual saber uma língua consiste unicamente em conhecer um vasto e altamente estruturado repositório de pareamentos forma-significado.

4. Considerações finais

Este artigo promoveu uma discussão dos limites e intersecções entre Linguística Cognitiva, Linguística Funcional e Gramática de Construções, com o objetivo de mapear o território das abordagens que se caracterizam como cognitivo-funcionais.

A reflexão aqui proposta foi estabelecida a partir de dois eixos principais: o histórico, em que se buscou reconstruir aspectos relevantes das origens de cada vertente teórica, e o contemporâneo, em que se apresentou uma breve descrição do quadro teórico atual de cada um desses paradigmas. A partir dos eixos estabelecidos, o artigo buscou evidenciar, por um lado, que cada arcabouço teórico surgiu a partir de um questionamento distinto em relação à tradição da linguística gerativa e, por outro lado, que o desenvolvimento histórico de cada modelo levou, nos dias atuais, a uma forte convergência entre os três quadros teóricos, sem que isso signifique uma sobreposição completa entre eles.

O mapeamento apresentado no artigo visa a preencher uma lacuna que parece ser percebida não apenas por aqueles que iniciam suas pesquisas na área, mas também por pesquisadores mais experientes que se deparam com a proliferação crescente de modelos teóricos, enfrentando o desafio de contrastá-los ou incorporá-los a suas investigações. Esperamos que esse esforço de delimitação de cada quadro teórico possa contribuir para o reconhecimento do sólido arcabouço que sustenta as abordagens cognitivo-funcionais, como também para o refinamento das pesquisas na área.

²¹ É por isso que, a nosso ver, não é inteiramente precisa a interpretação segundo a qual a Linguística Funcional Centrada no Uso teria resultado do casamento entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística Cognitiva. Se a base de uma alegação como esta é o fato de que muitos funcionalistas da Costa Oeste adotaram o conceito de construção gramatical, é preciso lembrar que essa noção não está umbilicalmente ligada à LC – como deixa clara a existência de pelo dois modelos construcionistas de inclinação formalista. A rigor, sequer é possível afirmar que, historicamente, a GC teria surgido no âmbito da Linguística Cognitiva para mais tarde se consolidar como modelo independente. Afinal, conforme tentamos demonstrar na seção 2.3, a GC resulta da confluência de três frentes de pesquisa distintas, e uma delas – a de Charles Fillmore e Paul Kay – sempre rejeitou a vinculação ao movimento cognitivista (Autor, 2018). Por essa razão, GC e LC devem ser tratados como empreendimentos *logicamente independentes* – ainda que, na prática analítica, eles sejam associados com frequência. (Incidentalmente, note-se que foi precisamente a linhagem kay-fillmoreana a responsável pelos rótulos “construção gramatical” e “Gramática de Construções”.)

REFERÊNCIAS

- BATES, E.; ELMAN, J. Learning rediscovered. *Science*, 274, 1849-1850, 1996.
- BERGEN, B. K. *Louder than words: the new science of how the mind makes meaning*. New York: Basic Books, 2012.
- BERLIN, B.; KAY, P. *Basic color terms: Their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- BUTLER, C. S. *Structure and function: A guide to three major structural-functional theories – Part 1: Approches to the simplex clause*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- BYBEE, J. Usage-based theory and exemplar representation of constuctions. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.
- _____; EDDINGTON, D. A usage-based approach to Spanish verbs of becoming. *Language*, 82, 2, 2006.
- CASASANTO, D.; BOTTINI, R. Spatial language and abstract concepts. *Cognitive Science*, 5, 2, 139-149, 2014.
- CHANG, N.; DE BEULE, J.; MICELLI, V. Computational Construction Grammar: Comparing ECG and FCG. In: STEELS, L. (Ed.). *Computational issues in Fluid Construction Grammar: A new formalism for the representation of lexicons and grammars*. Berlin: Springer, 2012.
- CIENKI, Alan. STRAIGHT: An image schema and its metaphorical extensions. *Cognitive Linguistics*, 9, 107–49, 1998.
- CIENKI, A. Gesture, space, grammar and cognition. In: AUER, P.; HILPERT, M.; STUKENBROCK, A.; SZMRECSANYI, B. (Eds.). *Space in Language and Linguistics: Geographical, Interactional, and Cognitive Perspectives*. Berlin: Walter de Gruyter, 667-686, 2013a.
- _____. Conceptual metaphor theory in light of research on gesture with speech. *Journal of Cognitive Semiotics*, 349-366, 2013b.
- _____. Cognitive linguistics, gesture studies and multimodal communication. *Cognitive Linguistics*, 27, 603-618, 2016.
- _____; MULLER, C. (Eds.). *Metaphor and Gesture*. Amsterdam / Philadelphia, PA: John Benjamins, 2008.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2004.
- DABROWSKA, E.; DIVJAK, D. (Eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2015.
- DANCYGIER, B. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017.

DIESSEL, H. Usage-Based Construction Grammar. In: DABROWSKA, E.; DIVJAK, D. (Eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2015.

DIK, S. C. *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1978.

ELMAN, J.; BATES, E.; JOHNSON, M.; KARMILOFF-SMITH, A.; PARISI, D.; PLUNKETT, K. *Rethinking innateness: A connectionist perspective on development*. Cambridge, MA: MIT Press/Bradford Books, 1996.

EVANS, V.; BERGEN, B.; ZINKEN, J. *The Cognitive Linguistics Reader*. Sheffield: Equinox, 2007.

_____; GREEN, M. *Cognitive Linguistics: An introduction*. Edinburgh: University Press, 2006.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces: Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: University Press, 1994.

_____. *Mappings in thought and language*. Cambridge: University Press, 1997.

_____; TURNER, M. 2002. *Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books.

FEIST, M.; BREAUX, B. O. Conventional but not dead: The role of metaphorically-based connections in the on-line processing of prepositional meaning. In: BORKENT, M., DANCYGIER, B.; HINNELL, J. (Eds.), *Language and the creative mind*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2013.

FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. *Linguistics in the morning calm*, Seoul: Hanshin, p.111-137, 1982.

_____. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, 6, p. 222-54, 1985a.

_____. Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction. *Proceedings of the 11th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 73-86, 1985b.

_____. The mechanisms of "Construction Grammar". *Proceedings of the 14th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 35-55, 1988.

FILLMORE, C., KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. In: *Language*, 64, p. 501-538, 1988.

FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: University Press, 1984.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Linguística Funcional Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2013.

GEERAERTS, D. Introduction: A rough guide to Cognitive Linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: University Press, 2006.

_____.; CUYCKENS, H. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: University Press, 2006.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York, Academic Press, 1979.

GOLDBERG, A. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

GONÇALVES, C. A., BAPTISTA JR, A. O.; CANDIDO, B. F. F., VIEIRA, R. S. A. Para uma estrutura radial das construções X-ão no Português do Brasil. In Almeida, Ferreira, Pinheiro et al. (org.), *Linguística Cognitiva em Foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

GRIES, S. Th. Data in Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

HALLIDAY, M. A. K. Categories of the theory of grammar. *Word*, 17, p. 241-292, 1961.

_____. *Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

_____.; MATHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A Typologically-Based Theory of Language Structure*. Oxford: University Press, 2008.

HEYVAERT, L. *A cognitive-functional approach to nominalization in English*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2003.

HILPERT, M. *Construction Grammar and its application to English*. Edinburgh: University Press, 2014.

HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.). *Discourse and syntax*. New York Academic Press, 213-241, 1979.

_____.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 2003.

HOFFMANN, T. Construction Grammars. In: DANCYGIER, B. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017.

_____.; TROUSDALE, G. *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

KAY, P. The kind of / sort of construction. *Proceedings of the 10th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 157-171, 1984.

KENDON, A. Gesticulation and speech: two aspects of the process of utterance. In: KEY (Ed.), *The relation between verbal and nonverbal communication*. The Hague: Mouton, 1980, p.207-227.

KENDON, A. *Visible action as utterance*. Cambridge: University Press, 2004.

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University Press, 1962.

LAFFUT, A. *Three-participant constructions in English: A functional-cognitive approach to caused relations*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

LAKOFF, G. Syntactic amalgams. *Papers from the 10th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, p. 321-344, 1974.

_____. Linguistic gestalts. *Papers from the 13th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, p. 236-287, 1977.

_____. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1987.

_____; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 1980.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: Topic, focus and the mental representation of discourse referents*. Cambridge: University Press, 1994.

LANGACKER, R. W. Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. *Foundations of language*, 14, 3, p. 307-357, 1976.

_____. Space Grammar, analysability, and the English Passive. *Language*, 58, 1, p. 22-80, 1982.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. I: Theoretical prerequisites. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

_____. An overview of Cognitive Grammar. In: RUDZKA-OSTYN, B. (Ed.), *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1988a.

_____. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, B. (Ed.). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1988b.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. II: Descriptive application. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

_____. *Cognitive Grammar: A basic introduction*. Oxford: University Press, 2008.

MACKENZIE, J. C. *Functional linguistics*. In: ALAN, K. (Ed.). *The Routledge Handbook of Linguistics*. London / New York: Routledge, 2016a.

_____. Um primeira história da Gramática Funcional. *Guavira Letras*, 22, p. 123-135, 2016b.

MacWHINNEY, B. (Ed.). *Mechanisms of language acquisition*. Hillsdale NJ: Erlbaum, 1987.

MANDELBLIT, N. *Grammatical blending: Creative and schematic aspects in sentence processing and translation*. PhD dissertation, University of California, San Diego, 1997.

MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. The structure of discourse and “subordination”, In: HAYMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 275-329, 1988.

McENERY, T.; HARDIE, A. *Corpus Linguistics: Method, theory and practice*. Cambridge: University Press, 2012.

McNEILL, D. *Gesture and Thought*. Chicago: University Press, 1985.

_____. *Hand and mind: what gestures reveal about thought*. Chicago: University Press, 1992.

- _____; DUNCAN, S. D. Growth points in thinking-for-speaking. In: MCNEILL, D. (Ed.), *Language and gesture*. Cambridge: University Press, p. 141-161, 2000.
- MÜLLER, C. What gestures reveal about the nature of metaphor. In: CIENKI, A.; MÜLLER, C. (Eds.). *Metaphor and gesture*, p. 219-24, 2008.
- NEVES, M. H. M. *Gramática Funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NEWMeyer, F. The Prague School and North American functionalist approaches to syntax. *Journal of Linguistics*, 37, 1, p.101-126, 2001.
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, 13, p. 97-117, 1984.
- PEREK, F. *Argument structure in Usage-Based Construction Grammar: Experimental and corpus-based perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 2015.
- PIERREHUMBERT, J. B. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- PINHEIRO, D. Interview: Ronald W. Langacker. *Linguística*, 14, 1, p. 6-29, 2018.
- PU, M. *Discourse anaphora: A cognitive-functional approach*. Lincon: Muenchen, 2011
- PUTNAM, H. *Reason, truth and history*. Cambridge: University Press, 1981.
- ROSARIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, 60, 2, p. 233-259, 2016.
- ROSCH, E. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In MOORE, T. (Ed.). *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, p. 111-44, 1973.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In Rosch, Lloyd, (eds.), *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NY: Lawrence Erlbaum, p. 27-48, 1978.
- ROSS, J. *Constraints on variables in syntax*. PhD dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1967.
- SANKOFF, G.; BROWN, P. *The origins of syntax in discourse: A case study of tok pisin relatives*. *Language*, 3, p. 631-666, 1976.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphoric and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TALMY, R. Lexicalization patterns; semantic structure in lexical form. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*, v. 3. Cambridge: University Press, p. 36-149, 1985.
- TALMY, R. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, 2, p. 49-100, 1998.
- TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1999.
- _____. *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 2003.

VAN VALIN, R. D. The acquisition of WH-questions and the mechanisms of language acquisition. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: Cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah, New Jersey: Erlbaum, p. 221-249, 1998.

_____. Functional Linguistics. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. (Eds.). *The Handbook of Linguistics*. Oxford / Malden: Blackwell, 2001.

_____; LAPOLLA, R. J. *Syntax: Structure, meaning and function*. Cambridge: University Press, 1997.